

## **Diretor Científico da APM fala sobre Inteligência Artificial na Medicina**

---

*Paulo Pêgo debate sobre o assunto com os diretores da USP, Eloisa Bonfá e Matheus Belloni Torsani*

APM na imprensa

### **Por que os médicos precisam aprender a interpretar algoritmos?**

A inteligência artificial é apenas o próximo capítulo mais recente dessa evolução. Quando bem utilizada, ela reduz burocracias, amplia o acesso à informação e apoia decisões complexas

Algoritmos já participam ativamente de decisões médicas. Em hospitais e centros de pesquisa globais, sistemas de inteligência artificial analisam exames de imagem, organizam prontuários, identificam padrões em grandes bases de dados clínicos e auxiliam médicos a navegar por um volume de informação científica que cresce em ritmo vertiginoso. A presença dessas ferramentas na medicina deixou de ser promessa e tornou-se parte da rotina. Diante desse cenário, a discussão já não é se a IA fará parte da prática médica, mas como incorporá-la de forma segura, ética e responsável.

Nesse contexto, a recente publicação da Resolução nº 2.454/2026 do Conselho Federal de Medicina (CFM) representa um passo importante para o País. A norma estabelece princípios e regras para o uso da IA na assistência, pesquisa e gestão em saúde, criando um marco regulatório essencial para orientar a incorporação dessas tecnologias na prática brasileira. Um dos pontos centrais reafirma um princípio vital: a inteligência artificial deve atuar como ferramenta de apoio, e não como substituta do julgamento clínico.

A responsabilidade pelas decisões diagnósticas e terapêuticas permanece sendo do médico, que deve avaliar criticamente as recomendações algorítmicas antes de incorporá-las ao cuidado do paciente. Essa orientação é fundamental, pois a medicina nunca será apenas um exercício de processamento de dados. O raciocínio clínico envolve contexto, experiência acumulada, capacidade de

interpretar sinais ambíguos e, sobretudo, a sensibilidade humana necessária para compreender o paciente em sua singularidade.

Ao mesmo tempo, ignorar o potencial dessas tecnologias seria um erro estratégico. Sistemas treinados para avaliar exames de imagem conseguem identificar padrões sutis que podem escapar à observação humana, funcionando como uma segunda leitura que pode aumentar a segurança diagnóstica. Em outras áreas, modelos de linguagem sintetizam rapidamente grandes volumes de literatura científica, oferecendo apoio relevante diante de decisões clínicas cada vez mais complexas.

A resolução do CFM também estabelece diretrizes de governança, incluindo avaliação de risco das aplicações de IA, mecanismos de auditoria e monitoramento contínuos e a obrigação de informar o paciente quando tais ferramentas forem utilizadas no apoio ao cuidado. Sempre que isso ocorrer, o uso da tecnologia deve ser registrado no prontuário, garantindo transparência e rastreabilidade. Essas medidas refletem preocupações globais, já que sistemas baseados em dados podem reproduzir vieses das bases de treinamento e apresentar limitações nem sempre perceptíveis ao usuário. Por isso, validação científica rigorosa e supervisão institucional são centrais para garantir que a inovação caminhe com a segurança do paciente.

A resolução abre espaço para debates em evolução, como critérios claros de validação científica, níveis de transparência algorítmica e a divisão de responsabilidades entre médicos, instituições de saúde e desenvolvedores de tecnologia. Esses temas compõem uma agenda regulatória que tende a amadurecer conforme a IA se expande na clínica.

Há ainda o aspecto crítico: a qualidade dos dados. Algoritmos são tão bons quanto as bases que os alimentam. Isso exige prontuários bem estruturados e bases capazes de representar a diversidade populacional. Hospitais universitários têm papel central nesse processo, pois concentram dados qualificados e capacidade científica para testar e validar novas tecnologias.

A transformação tecnológica da medicina é, sobretudo, um desafio educacional. A IA exige que profissionais desenvolvam novas competências. Não se trata de transformar médicos em programadores, mas de garantir que compreendam como as ferramentas funcionam, quais são suas limitações e como interpretar seus resultados no contexto clínico. Surge, assim, a necessidade da literacia algorítmica. Um médico alfabetizado em IA deve ser capaz de questionar a confiabilidade de um modelo e reconhecer quando suas recomendações não devem ser seguidas.

Este debate já aparece nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Medicina, que visam a formar profissionais para um sistema digital e orientado por dados. Historicamente, grandes transformações na medicina sempre foram acompanhadas por mudanças na formação. A inteligência artificial é apenas o próximo capítulo mais recente dessa evolução.

Quando bem utilizada, ela reduz burocracias, amplia o acesso à informação e apoia decisões complexas. Paradoxalmente, ao liberar tempo para atividades de maior valor humano, essas tecnologias podem fortalecer justamente a dimensão mais essencial da medicina: a relação entre médico e paciente.

A resolução do CFM sinaliza que o Brasil começa a construir fundamentos para essa transição. O próximo passo é garantir que a formação médica acompanhe a velocidade da tecnologia. Com regulação adequada, dados de qualidade e profissionais preparados, a IA pode se tornar uma aliada poderosa do sistema de saúde.

O verdadeiro desafio não é decidir se haverá algoritmos na medicina, pois eles já estão aqui. O desafio é garantir médicos capazes de compreendê-los, questioná-los e utilizá-los com responsabilidade.

<https://www.apm.org.br/estado-diretor-cientifico-da-apm-fala-sobre-inteligencia-artificial-na-medicina/>

**Veículo:** Online -> Site -> Site APM - Associação Paulista de Medicina